



ARTIGO

# COMUNICAÇÃO POLÍTICA ENTRE ANGEVINOS E ARAGONESES EM PALERMO NA CRÔNICA DA SICÍLIA (SÉCULOS XIII E XIV): EXERCÍCIO DE HISTÓRIA CONECTADA<sup>1</sup>

Contato  
UFRGS – Campus do Vale  
Av. Bento Gonçalves, 9500 – Prédio 4331  
91509-900 – Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil  
teixeira.igor@gmail.com

 Igor Salomão Teixeira<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

## Resumo

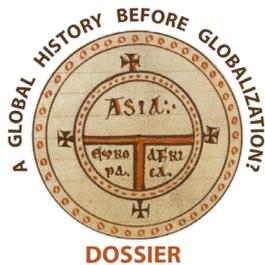
O objetivo deste artigo é analisar a *Cronicon siculum*, que narra a história da Ilha da Sicília desde tempos imemoriais ao presente do autor, com especial foco na relação conflituosa estabelecida entre palermitanos, angevinos e aragoneses no território a partir das Vésperas Sicilianas (1282). O problema de pesquisa é: A história global/conectada serve para analisar a disputa de territórios? A análise está baseada nas discussões sobre as possibilidades de abordar objetos de estudo a partir da conexão entre processos aparentemente distintos e/ou analisar como regiões distintas se relacionaram com os mesmos processos. Os conceitos utilizados foram: middle seas, mediação e comunicação política. As conclusões remetem à proficuidade do aparato conceitual e da perspectiva da história conectada e apontam para o “triplo uso” do conflito na Ilha.

## Palavras-chave

História da Sicília – Vésperas Sicilianas – *Cronicon siculum* – História Conectada – Angevinos.

<sup>1</sup> Texto com origem no projeto Histórias da Península Itálica: Crônicas, Hagiografias e Sermões (séculos XIII e XIV) desenvolvido na UFRGS. Toda a bibliografia empregada está referenciada no artigo, não publicado em plataforma de *preprint*.

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Realizou estágio de pós-doutorado na École Française de Rome, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Professor de História Medieval no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.



ARTICLE

# POLITICAL COMMUNICATION BETWEEN ANGEVINS AND ARAGONESE'S IN PALERMO ON THE CHRONICLE OF SICILY (13<sup>TH</sup>-14<sup>TH</sup> CENTURIES): CONNECTED HISTORY EXERCISE

Contact  
UFRGS – Campus do Vale  
Av. Bento Gonçalves, 9500 – Prédio 4331  
91509-900–Porto Alegre–Rio Grandedo Sul – Brazil  
teixeira.igor@gmail.com



Igor Salomão Teixeira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brazil

## Abstract

This paper proposes to analyze *Cronicon siculum* about the History of Sicily. This chronicle covers the History of the Island from immemorial times to the present with special attention to the conflicts between Palermitans, Angevins and Aragonese through the Sicilian Vespers (1282). The main question is: Does global/connected History be able to analyze these conflicts? The method consists to applicate concepts like middle seas, mediation and political communication. The conclusions draw on the usefulness of the conceptual apparatus and the perspective of connected history and point to the “triple use” of conflict in the Island.

## Keywords

History of Sicily – Sicilian Vespers – *Cronicon siculum* – Connected History – Angevins.

## Introdução

Este texto surgiu da leitura de trabalhos recentes que propõem a caracterização e a problematização da chamada história global como perspectiva de análise e ferramenta heurística (DOOKI; MINARD, 2007, p. 07-21; DRAYTON; MOTADEL, 2018, p. 01-21; SUBRAHMANYAN, 2015, p. 425-445). Esta temática, além de despertar o interesse na historiografia brasileira, como mostram os dossiês propostos pela *Revista de História* e pela *Revista Esboços*, ambos em 2019, dialoga igualmente com dossiês recentes, como o da *Past & Present* (volume 238, novembro/2018). Como há quantidade significativa de reflexões que procuram definir e conceituar essas abordagens, este artigo não tem como objetivo propor um balanço historiográfico e/ou uma história dos conceitos. O principal objetivo nesta proposta é realizar um estudo de caso, aplicando linhas gerais das proposições metodológicas de análise conectada. O caso específico está relacionado aos conflitos entre palermitanos, angevinos e aragoneses no território e sobre o território da Sicília entre os séculos XIII e XIV. Procuramos responder à pergunta “A disputa de territórios pode ser analisada pelo viés da história global/conectada?”. A hipótese poderia estar relacionada apenas à localização geográfica privilegiada da Ilha no Mediterrâneo. Porém, conforme podemos observar, o uso do título de “reis da Sicília” pelos angevinos, após a perda efetiva de poder sobre o território – iniciada com as Vésperas Sicilianas, em 1282 – indica que possivelmente não era apenas o domínio político-militar sobre o território que estava em disputa. Por este motivo que falamos em conflitos no território e sobre o território. Afinal, as Vésperas Sicilianas foram, de fato, um conflito na Ilha, em especial, em Palermo. Mas as narrativas, principalmente expressas em crônicas – abundantes no período – também revelam conflitos sobre a Ilha ou, digamos, uma história disputada.

As reflexões de David Abulafia (1977, 2008) sobre a história do Mediterrâneo são importantes para o desenvolvimento das análises propostas. O autor, inicialmente, alerta que é preciso pensar no Mediterrâneo tanto como um “espaço” quanto como um “conceito” e que esse espaço-conceito permite pensar as mudanças nas formas de comunicação pelo mar (ABULAFIA, 2012, p. 01-21). Abulafia propõe quatro fases para se pensar aquela história. As três primeiras abarcam desde a relação com Constantinopla à ascensão do Islã. A terceira fase, no entanto, marca uma transformação a partir da competição entre cristãos e encerra-se na primeira metade do século XIV. Para além desta divisão, o autor defende que o conceito de Mediterrâneo pode ser usado

no plural de modo a pensar os “meios mares”. A ideia de *middle seas*<sup>3</sup>, no texto em questão, permite identificar territórios que se colocavam frente a frente em rotas relativamente curtas (Exemplos: Sicília-Catalunha/Sicília-Nápoles). A partir desse aporte, então, é possível pensar em diferentes formas de contato e conexão entre esses povos cristãos e entre esses territórios dominados por eles de modo a construir identidades distintas durante conflitos e suas negociações, ou, ainda, pensar como esses meios mares enfrentaram os mesmos conflitos simultaneamente e de formas diferentes.

Acreditamos que analisar esses elementos a partir de expressões narrativas, como as crônicas, é de fundamental importância e campo profícuo que certamente é enriquecido pelas proposições da chamada história global/história conectada. Este artigo está dividido em duas partes: na primeira descrevemos de modo mais detalhado o conteúdo e a forma da *Crônica*. Na segunda identificamos e analisamos, principalmente a partir dos documentos transcritos na *Crônica*, os “meios mares” e como eles são postos em perspectiva.

## A Crônica da Sicília

Para desenvolver essas análises selecionamos a *Cronicon siculum* (*Crônica da Sicília*) a partir do manuscrito Ms. 488, da Biblioteca da Catalunha, em Barcelona.<sup>4</sup> Os principais estudos sobre a obra e sobre o manuscrito especificamente podem ser classificados em catalães e italianos. Josep-David Garrido i

<sup>3</sup> “...how territories facing one another across and easily traversable waterway developed in very distinctive ways, but entered into contact with one another and transformed one another though trade, migration, and sometimes military conquest”. (ABULAFIA, 2012, p. 07)

<sup>4</sup> O arquivo disponibilizado pela Biblioteca da Catalunha, em pdf, tem 152 páginas e apresenta apenas a *Crônica da Sicília*. Os fólhos estão duplamente numerados: no fólho que apresenta pela primeira vez a numeração 1 há três cartas atribuídas Pedro II e a Carlos I, de Anjou. Este fólho corresponde à imagem da página 05 do pdf. As imagens ímpares de 07 a 13 do pdf estão numeradas de 2 a 5. Nelas há um sumário que apresenta os fólhos correspondentes às rubricas (títulos dos capítulos) da *Crônica*. Este sumário indica a numeração de 1 a 108 contados a partir do início do texto da *Crônica* (imagem 29 do pdf). A primeira rubrica, inicialmente numerada em 1, passa a apresentar a dupla numeração (o número 1 está riscado e a contagem se inicia em 13) Essa numeração riscada está tanto no recto quanto no verso (2, igualmente riscado porém não duplamente numerado). A notícia do manuscrito informa “numeração original 107p”, porém, descreve o manuscrito com 68f. Ilustrado e com 30cm. As informações e o manuscrito estão disponíveis online em: [https://explora.bnc.cat/iii/encore/record/C\\_Rb2512719?lang=eng](https://explora.bnc.cat/iii/encore/record/C_Rb2512719?lang=eng). Acesso em agosto de 2019. Neste trabalho adotaremos a “numeração original”, portanto, a que conta a paginação a partir da primeira rubrica em 1 até 108. Josep-David Garrido i Valls descreve assim: “Es tracta d’un còdex cartaci, 290x170mm, de 68 folis numerats per pàgines i compost per sis fascicles senions”. (GARRIDO i VALLS, 2005, vol.2, p.1974)

Valls defendeu tese em 1997 na qual propôs uma edição e crítica do Ms. 488.<sup>5</sup> Na Itália os estudos sobre esta crônica têm sido conduzidos, ultimamente, por Pietro Colletta que, dentre outras publicações, realizou uma edição crítica do texto, não apenas do manuscrito catalão (COLLETTA, 2011). Os autores coincidem na classificação do texto como uma das quatro grandes crônicas sicilianas do século XIV. Colletta afirma, porém, que foi a que teve menor fortuna desde as primeiras edições do texto no século XVIII e, também, em estudos realizados no século XIX (COLLETTA, 2005, p. 567). Sobre o Ms.488 (que o autor classifica como B na tradição manuscrita consultada para a edição que publicou em 2013), Colletta afirmou que, além de divergir em relação à numeração de capítulos, é o único manuscrito em latim que conserva a última parte da crônica. Garrido i Valls também considera o Ms.488 como o “mais completo”. Pietro Colletta afirma que esse manuscrito documenta de forma inequívoca como a transmissão de um texto, no medievo, implicava também em sua reelaboração, ao menos parcialmente.<sup>6</sup>

A escolha desta crônica se deu, portanto, não apenas pela fortuna do texto, mas também pelo fato de que o autor, desconhecido e caracterizado por Colletta (2011, p. 29–41) como “anônimo palermitano” – Garrido i Valls não descarta, inclusive, a possibilidade de múltipla autoria (GARRIDO i VALLS, 2005vol.2, p.1975) – inseriu transcrições de sessenta e um documentos do período iniciando essas inserções, principalmente, para o período das Vésperas Sicilianas à primeira metade do século XIV. Garrido i Valls caracteriza o texto como uma “fonte diplomática de primeira mão, porque ilustra a narração com documentos das chancelarias papal, imperial, siciliana e napolitana”.<sup>7</sup>

Pietro Colletta e Josep–David Garrido i Valls afirmam que a *Crônica* foi redigida em diferentes momentos. O primeiro estágio de redação ocorreu em 1339 com 105 capítulos; o segundo em 1343; o terceiro, compreendendo

<sup>5</sup> Os textos mais recentes deste autor sobre o assunto falam em preparação da publicação da tese. Cf o texto citado na nota anterior e: GARRIDO i VALLS (2001, p.95–106)

<sup>6</sup> “In conclusione il codice B documenta in modo inequivocabile, come nel Medioevo l’atto della copiatura e della trasmissione di un testo si coniugava spesso con quello della sua rielaborazione, almeno parziale”. (COLLETTA, 2005, p. 576–577)

<sup>7</sup> “Importantíssim per la reconstrucció de la història siciliana d’inicis del segle XIV, el *Chronicon Siculum* és una font diplomàtica de primera mà, car ilustra la narració amb documents de les cancelleries papal, imperial, siciliana i napolitana. Aquest fet el singularitza i li dona unna rellevància especial; vet ací també la importància per la cancelleria catalanoaragonesa, que el convertí en model a seguir en la redacció dels seus documents, a més d’esdevenir la història oficial d’aquella part dels dominis del casal de Barcelona, quan Pere III el Cerimoniós, l’inspirador de la traducció catalana, reivindicà Sicília”. (GARRIDO i VALLS, 2005, vol.2, p.1972)

acontecimentos de 1345 e a peste de 1348 e compreende a redação até o capítulo 125. Cada uma dessas partes pode ter sido elaborada a partir da atividade de observação do cronista. Porém, conforme dito anteriormente, para o texto em latim, apenas o Ms.488 apresenta os capítulos finais da obra (COLLETTA, 2011, p. 57-76). Os autores dividem o documento em quatro seções:

1ª (Cap.1-5): Do primeiro rei da Ilha, Menelau, passando pelo período bizantino até a chegada dos árabes no século IX;<sup>8</sup>

2ª (Cap.6-20): Período normando, considerando dos Altavila até Henrique VI da Suábia;<sup>9</sup>

3ª (Cap.21-37): Período suábio. A partir do capítulo 24, há a inserção de documentos oficiais, como, a carta de Carlos de Anjou a Clemente IV informando sobre a batalha de Benevento (Cap.32-37). Colletta afirma que esta mudança de método está associada “à proximidade entre a narrativa histórica e o tempo do autor e à consequente disponibilidade de fontes originais”. (COLLETTA, 2011, p. 132);<sup>10</sup>

4ª (Cap.38-125): Período da Sicília Aragonesa, incluindo informações sobre o governo de Carlos I de Anjou, a narrativa sobre as Vésperas e, principalmente, o governo de Frederico III da Sicília. Para Colletta, esta quarta seção pode ser subdividida em quatro partes:

I – Vésperas Sicilianas e Pedro III (Cap.38-46), período sobre o qual daremos especial atenção.

II – Giácomo II (Cap.47-52)

III – Frederico III (Cap.52-101)

IV – Pedro II (Cap.102-125): nesta parte, por exemplo, encontram-se os capítulos sobre a morte do rei Roberto de Nápoles, em 1343 (cap.116), os tratados de paz entre Luís da Sicília e Joana (sucessora do trono napolitano), em 1347 (cap.125) e sobre a mortandade causada pela peste em 1348 (cap.125). (COLLETTA, 2011, p. 131-133)

A partir do que foi apresentado até o momento, é possível afirmar que os autores estabelecem um marcador na redação da *Crônica*, a saber, a inserção/transcrição de documentos de chancelaria a partir da terceira parte da obra. Para melhor compreendermos o que estamos chamando aqui de “conteúdo” e “forma” desse documento, selecionamos passagens que remetem

<sup>8</sup> Interessante frisar que Garrido i Valls (2005, p.1976) caracteriza essa parte também como uma parte também dedicada aos “mitos”.

<sup>9</sup> Garrido i Valls (2005, p.1977-1983 ) transcreveu e publicou os primeiros vinte capítulos Utilizaremos essa publicação, cotejando com o manuscrito, quando da ocorrência de dúvidas.

<sup>10</sup> Interessante observar, por exemplo, que na *Cronaca di Partenope*, contemporânea em termos de elaboração da *Cronicon siculum*, o autor, Bartolomeu Caracciolo-Carafa, optou por uma estratégia contrária, a saber, deu maior espaço em seu texto para o passado mais distante que para o passado próximo e ao presente do autor, principalmente na versão da *Cronaca* do Ms.Italien 301 (BNF). Samantha Kelly afirma que a *Cronaca di Partenope* foi redigida entre 1340-1350 e que o texto analisado neste artigo serviu de fonte para Bartolomeo Caracciolo-Carafa. (BARTOLOMEO CARACCILO-CARAFÀ, 2011, p. 03-148). A autora analisou esta crônica em sua tese (KELLY, 2003).

à primeira e à segunda parte – quando não há o registro de documentos oficiais – e à terceira e quarta partes, com os documentos oficiais inseridos na narrativa pelo anônimo palermitano.

Início da crônica sobre o êxito do reino e ilha da Sicília

Proêmio

Depois que Menelau, rei da gloriosa ilha da Sicília, que pertence à Itália, e que naquele tempo se chamava Trinacria, rei pagão, teve sua própria mulher, Helena, raptada em Tindari na cidade de Alexandre, filho de Príamo, rei de Tróia; por ocasião deste rapto o dito rei da Itália e da Trinacria foi com seu exército até o dito sequestrador da dita rainha em Tróia, cercou e finalmente destruiu Tróia com o dito rei Príamo, e aqueles que ignoravam a História do dito rapto, sequestro e captura foram plenamente informados.<sup>11</sup>

A partir desta citação podemos observar alguns elementos, como: um proêmio que serve como introdução sem necessariamente oferecer informações sobre a concepção da obra ou o universo cultural do autor (GUIMARAES, 2015, p. 77).<sup>12</sup> A narrativa informa sobre um acontecimento fundador a partir da atribuição fictícia do rapto de Helena em terras sicilianas, conforme apontou Pietro Colletta (2011, p. 137). Trata-se de um recurso de associação da origem com um mito de autoctonia e que procura associar a história do lugar à de Tróia (GEARY, 2015; 2008).

O que se percebe, nos capítulos que compõem as duas primeiras partes, também é a construção da narrativa que revela o *processuum* (êxito, sucesso) (GAFFIOT, 2016, 1067–1608) da Ilha relacionado às sucessivas “aquisições”, como a dos gregos (cap.2) e dos “sarracenos” (cap.5) e dos normandos (cap.6) até culminar no domínio aragonês (4ª parte). Sobre as três primeiras “aquisições” a narrativa se dá da seguinte forma: os gregos chegaram com seus

<sup>11</sup> Ms.488, fol.1 (paginação original), imagem 29 no pdf online. Tradução livre de: “INCIPIT CRONICA PROCESSUUM IN REGNO ET INSULA SICILIE. PROHEMIUM: Post inclitum Menelaum regem tam Ytalie quam insule Sicilie, que insula tunc temporis regni predicti regis uocabatur Trinacria, et qui rex fuit paganus, et cui regi rapta fuit Helena, sua uxor, apud Tyndaridem, ciuitatem Alexandrum, filium Priami, regis Troye magne; et cuius raptus occasione dicturs rex Ytalie et Trinacrie cum suo exercitu sequens predictum raptorem predictae regine usque ad dictam Troyam, obsedit et deinde finaliter cepit et destruxit Troyam eamdem cum predicto rege Priamo, sicut de dicta Ystoria eam ignorantes poterunt per libellum de dictis raptu, obsedione et captione factum plenius informari.” Também pode ser encontrada em: Garrido i Valls (2005, p. 1977).

<sup>12</sup> Marcella Guimarães, acertadamente, aponta para a necessidade de leitura dos prólogos e proêmios por conta da escassez de referências sobre muitos autores de crônicas do período medieval. Porém, nem neste caso, nem no caso da *Cronaca di Partenope*, que já analisamos em outras situações, há esse tipo de informação indicado pela autora.

exércitos e ocuparam a ilha em nome do imperador Arcádio. Impuseram ao território um nome grego, “*Sicalea*, que em latim quer dizer figueira e oliveira, e por isso que atualmente é chamada Sicília”.<sup>15</sup> A conquista muçulmana, narrada no capítulo 5, teria sido facilitada por um conflito na Ilha contra o imperador bizantino (cap.3–4). Interessante observar que é nesta passagem que o anônimo palermitano realizou a primeira inserção cronológica no texto: “O tal convite a esses muçulmanos na Ilha ocorreu no ano da Encarnação do Senhor octogésimo vigésimo sexto, mês de julho, que corresponde ao ano cento e noventa e oito do advento de Mohammed”.<sup>14</sup>

A conquista normanda, que marca a passagem da primeira para a segunda parte, segundo tanto Garrido i Valls quanto Colletta, também é apresentada com um marcador cronológico (Domini .Mº LVIII.º e Domini .Mº LX.º) e por marcadores jurisdicionais/políticos/administrativos, a saber, o ducado da Apúlia (Puglia) e o principado de Cápua. Porém, segundo Colletta, o que é mais significativo nesta parte é a retomada cristã do território e, principalmente, a constituição da Sicília como reino. Também foi, a partir da genealogia normanda – da última herdeira, Constança, filha de Manfredo – que o anônimo palermitano construiu/usou a legitimidade aragonesa na reivindicação do território. Este tema retorna no restante da *Crônica*, quando o anônimo define Carlos de Anjou como alheio à linhagem (“*regum penitus aliens*”), por exemplo, e, também, trata do domínio angevino como uma “aquisição” dos territórios (COLLETTA, 2011, p. 149).<sup>15</sup> Esse elemento da aquisição, de certa forma, equipara, por exemplo, os angevinos aos muçulmanos, aos bizantinos e aos normandos.

A terceira parte da *Crônica* (cap.21–37), segundo Colletta, é repleta de referências cronológico–espaciais, porém, além de apresentar erros e imprecisões, também é caracterizada por poucos dados referentes ao período de

<sup>15</sup> Ms.488, fol.1 (paginação original), imagem 29 no pdf online. Tradução livre de: “...uidentes in dicto loco ipsius insule ad quem primo descenderunt arbores ficuum et oliuarum uocauerunt ipsam insulam grece Sicalea, quod latine est dicere ficum et oliuam, et propterea latine uocatur hodie Sicilia”. Também pode ser encontrada em Garrido i Valls (2005, p.1977)

<sup>14</sup> Ms.488, fol.2–3 (paginação original), imagem 30–31 no pdf online. Tradução livre de: “Ob quam inuitationem dicti saraceni statim in dictam insulam transiuerunt *anno ab Incarnacione Domini octingesimo uigesimo sexto, mense uidelicet Iulii, anno eciam ab aduentum Mahumet centesimo nonagesimo octauo*”. Também pode ser encontrada em Garrido i Valls (2005, p.1979). (Grifos nossos).

<sup>15</sup> Colletta (2011, p. 166) transcreveu a seguinte passagem: “Dictus Karolus comes Provincie, a dicto regno et a successione predictorum regum penibus aliens, intravit, cepit et obtinuit regnum et insulam Sicilie cum ducatu Apulie et principatu Capue, *faciens se vocari ex tunc in antea rex Sicilie, non tamen quod a Siculis fuit coronatus in regem*.”(Grifos do autor)

domínio de Frederico II. Segundo o autor, o que pode explicar a ausência de documentos e referências mais precisas é o fato de que tanto Frederico quanto seu sucessor terem vivido mais na parte continental do reino (Puglia) do que na Ilha da Sicília. Esse fator, segundo Colletta (2011), não é uma exclusividade da *Crônica da Sicília*. Crônicas contemporâneas padecem da mesma carência. A abundância documental propriamente dita, então, está relacionada, nesta parte, à documentação trocada entre Carlos de Anjou e Clemente IV. A quarta parte apresenta um elemento distinto das demais ao abordar os Aragoneses na Ilha. Esse fato é tratado como “o advento de Pedro I na Sicília” e não como “aquisição”, como nos casos anteriores.<sup>16</sup> É importante salientar esse elemento: conforme afirmamos anteriormente, quando, na *Crônica*, é abordado o período em que muçulmanos, bizantinos, normandos e angevinos dominaram o território da Sicília, o anônimo palermitano usou o termo “aquisição”, como se referisse ao caráter externo e alheio à “linhagem” de direito sobre a Ilha. Pedro I não adquire, ele surge, aparece. Neste sentido, acreditamos ser possível inferir que há uma evidente orientação pró-aragoneses.

Apresentamos a seguir um quadro geral da localização e breve descrição dos documentos que foram inseridos pelo anônimo palermitano na *Crônica*.

---

<sup>16</sup> Ms.488, fol.20 – primeira rubrica em vermelho. Posição 48 no pdf online.

**TABELA 1:**  
**DOCUMENTOS INSERIDOS NA CRÔNICA DA SICÍLIA**

Nº	Capítulo	Documento (datação atribuída por Colletta ou citada na Crônica)
1	24, 3-6 <sup>17</sup>	Carta sem data de Frederico II a seu filho Conrado IV com recomendações morais ou práticas sobre o comportamento que deve adotar nos confrontos com os súditos e no ambiente de corte. (1244?)
2	24, 7-28	Testamento de Frederico II (1250)
3	32, 2-4	Carta de Carlos de Anjou a Clemente IV sobre a vitória contra Manfredo (1266)
4	32, 5	Carta de Carlos de Anjou a Clemente IV sobre a descoberta do corpo de Manfredo no campo de batalha (1266)
5	34, 1-12	Carta de Conradino aos príncipes alemães informando sobre as usurpações sofridas por obra dos papas Inocêncio IV, Alexandre IV, Urbano IV e Clemente IV e, também, por Carlos de Anjou e de Manfredo (tio de Conradino) (1267)
6	36, 2-6	Carlos de Anjou a Clemente IV informando da vitória contra Conradino (1268)
7	38, 2-8	Carta dos palermitanos sobre a revolta em Messina (1282)
8	40, 5-9	Carlos de Anjou impõe a retirada de Pedro III de Aragão da Ilha da Sicília (1282)
9	40, 10-17	Resposta de Pedro de Aragão reafirmando seu direito hereditário sobre a Sicília e informando que não abandonará a Ilha. (1282)
10	40, 18-27	Carta dos Palermitanos ao papa Martinho IV informando das causas das Vésperas, contra os angevinos, lembrando da solicitação de apoio da Igreja, que lhes fora negada, e, por fim, falando da intervenção de Pedro de Aragão em favor dos revoltosos (1282)
11	53, 1-6	Convite de Bonifácio VIII para reunir-se com o infante Frederico de Aragão (futuro Frederico III) (1295)
12	53, 8-16	Carta dos Palermitanos a Frederico que havia pedido conselho dos Palermitanos sobre o encontro com Bonifácio VIII. (1295)
13	54, 1-9	Documento do infante Frederico à <i>universitas</i> de Palermo. Trata da renúncia de Giacomo II ao trono da Sicília e da reivindicação dos Palermitanos de escolherem novo soberano que, no caso, seria o próprio Frederico. (1295)

<sup>17</sup> Referência ao parágrafo da crônica a partir da documentação consultada por Colletta (2011).

14	62, 2-5	Frederico III informa, aparentemente aos Palermitanos, da súbita derrota naval para os angevinos na qual foram perdidas de dezesseis a dezoito embarcações. Procura acalmar os destinatários e os incentiva a vigiar a defesa das cidades. (1299)
15	67, 2-4	Frederico III informa aos Palermitanos de vitória obtida contra os angevinos, inclusive sobre a prisão do príncipe Carlos, futuro Carlos II de Anjou, nobres, cavaleiros e alguns inimigos. (1299)
16	70, 7-9	Frederico III informa aos Palermitanos de tratado de paz com Carlos de Valois e Roberto de Anjou (1302)
17	71, 2-7	João de Camera, da diocese de Bourges, envia ao capelão da catedral de Palermo uma cópia da carta de Bonifácio VIII na qual o papa concede a autorização para revogar todas as sentenças de excomunhão e do interdito contra a Sicília (1302)
18	74, 3-15	Sentença de condenação do imperador Henrique VII de Luxemburgo contra Roberto de Anjou (1313)
19	79, 2-3	Frederico III comunica aos Palermitanos que obteve o título de Rei da Sicília. (1314)
20	80, 2-8	Roberto de Anjou escreve aos Conselheiros de Barcelona durante o cerco de Trapani. Trata-se de um pedido de ressarcimento de danos a um mercante de Mallorca que foi atacado por angevinos. (1314)
21	81, 1-15	De Frederico III às autoridades de Barcelona respondendo aos pontos da carta de Roberto de Anjou na linha anterior (1314)
22	82, 2-3	De Frederico III ao capitão de Palermo solicitando suporte militar para conter o cerco dos angevinos em Trapani (1314)
23	82, 7-9	Comunicado de Frederico III aos Palermitanos sobre acordo de paz até 1316 com os angevinos (1314)
24	89, 2-4	Novo acordo de trégua trienal firmado por Frederico III com os angevinos (1317)
25	90, 4-8	Roberto de Anjou solicita apoio militar a Felipe V de França para ajudar os guelfos de Gênova contra os gibelinos. (1319-1320?)
26	90, 14-15	Frederico III escreve ao abade cisterciense de Santo Espírito em Palermo informando sobre a cobrança de taxas para auxílio em guerra e também invita o mesmo a comparecer à Corte. (1320)
27	91, 2-4	Giácomo II de Aragão solicita a João XXII que intervenha como mediador entre Frederico III e Roberto de Anjou visando uma paz duradoura. Caso contrário, apoiará seu irmão contra os angevinos. (1321)

28	92, 2-3	Frederico III informa Matteo Vicari de ter atendido as demandas de condes, barões e <i>militēs</i> . Também concordou em coroar seu filho, Pedro II. Solicita, então que o destinatário prepare o príncipe para receber tal honra. (1321)
29	92, 5	Frederico III informa a autoridade pública competente de Palermo sobre como se deve referir a ele e ao filho associado ao trono nos documentos e atas notariais. (1321)
30	93, 1	Convite de Frederico III para ordenação militar em ocasião das núpcias de Pedro II. (1323)
31	94, 5-7	Correspondência dos habitantes de Messina aos de Palermo informando sobre o cerco angevino, como o de 1282. (1325)
32	94, 8-12	Correspondência análoga à anterior, porém dos habitantes de Catânia aos de Palermo. (1325)
33	94, 13-14	Felicitações de Frederico III aos Palermitanos pela resistência contra os angevinos (1325)
34	96, 1	Luís da Baviera escreve ao cavaleiro João Chiaromonte para que este acolha e favoreça uma missão diplomática junto a Frederico III. (1325)
35	96, 2-3	Luís da Baviera escreve a Frederico III e informa sobre embaixada recebida em seu reino e sobre sua vontade de ser coroado em Roma. (1327)
36	96,4	Luís da Baviera escreve a Pedro II para que este apoie sua causa junto a Frederico III (1327)
37	96,5	Carta análoga de Luís da Baviera a João Chiaromonte, conde. (1327)
38	96, 7-8	<i>Popolo</i> romano suplica ao papa João XXII para que retorne a Roma de modo a evitar desordens futuras. Três embaixadores são enviados a Avignon (1327)
39	96, 9-616	<i>Gloriosus Deus</i> , documento no qual Luís da Baviera condena e depõe João XXII por heresia. (1328)
40	96, 17-19	Luís da Baviera determina que o papa deve residir em Roma. (1328)
41	96, 20-25	Luís da Baviera estabelece as penas aos acusados de heresia ou de lesa-majestade, inclusive sem julgamento. (1328)
42	96, 24-26	Edito do papa Nicolau V que ordena que não se deve obedecer nem prestar socorro a João XXII. (1328)
43	96, 28-32	Informação sobre uma expedição naval siciliana guiada por Pedro II. Informa sobre a viagem e da demora de prestação de socorro por parte dos sicilianos. (1328)

44	96, 34-36	Luís da Baviera ao conde João de Chiaromonte sobre fidelidade dos príncipes alemães e do próprio conde. (1330)
45	98, 2-4	Alerta de Frederico III às <i>universitas</i> de Palermo para que fiquem atentos contra o inimigo angevino que estaria sempre à espera e sedento por novos ataques. (1335)
46	99, 2-5	Frederico III comunica aos Palermitanos que, com a morte de João XXII, o segundo interdito sobre a Sicília – de 1321 – não existira mais. (1335)
47	100, 4-5	Pedro II comunica a morte de Frederico III aos Palermitanos. (1337)
48	100, 6	Pedro II comunica aos Palermitanos sobre o sepultamento de Frederico III em Catânia, mas que por orientação do próprio pai seu corpo deveria ser enterrado em Palermo. As condições climáticas e diplomáticas impuseram a necessidade do sepultamento em Catânia. Informa que em momento oportuno será realizado o traslado. (1337)
49	101, 10-18	Pedro II informa às <i>universitates</i> que controlou uma rebelião. (1338)
50	102, 2	Pedro II comunica às <i>universitas</i> de Palermo o nascimento de seu herdeiro, Luís. (1338)
51	107, 5-11	Pedro II comunica às <i>universitates</i> que uma frota siciliana foi derrotada ao tentar socorrer Lipari atacada pelos angevinos. (1339)
52	109, 4-6	Pedro II informa a autoridade jurídica de Palermo sobre derrota e exílio de algumas pessoas. (1341)
53	110b, 2-4 (Ms488)	Pedro II consulta autoridades palermitanas sobre o melhor momento de reação contra o ataque angevino em Milazzo. (1341)
54	110b, 6 (Ms488)	Pedro II comunica sobre a decisão tomada a partir da consulta anterior (1341)
55	114, 4-5	Informação sobre insurreição debelada em Messina em favor dos angevinos (1342)
56	115, 3-4	Documento que comunica a mesma informação anterior (1342)
57	117, 2-6	Correspondência entre Palermitanos e Messineses sobre o assédio angevino nos mesmos moldes de documentos trocados entre os habitantes dessas cidades, conforme apresentado anteriormente. (1345)
58	117, 7-9	Resposta dos Messineses aos Palermitanos (1345)

59	124, 2-3	Informação sobre a reconquista de Lipari. Único documento em vulgar inserido na <i>Crônica</i> . (1347)
60	125, 3-4	Rei Luís informa aos Palermitanos sobre paz firmada com Joana de Nápoles (1347)
61	125, 5-6	Texto do acordo entre Luís e Joana

Tabela 1: Documentos na Crônica da Sicília. Fonte: COLLETTA (2011, p. 267-289)

A partir desse rol de documentos e utilizando a noção de *middle seas* apontada no início deste texto, é possível identificar múltiplas conexões:

### FIGURA 1 MIDDLE SEAS NA CRÔNICA DA SICÍLIA

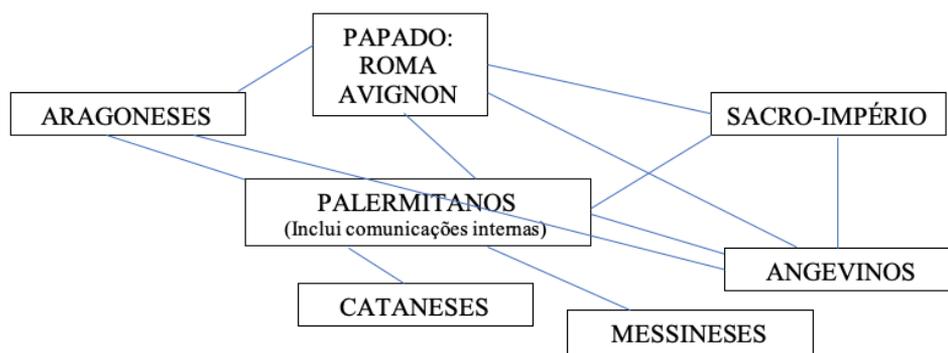


Figura 1: Infográfico considerando Palermo como foco principal das comunicações geradas entre 1260-1347 a partir da Crônica da Sicília. Fonte: Tabela 1.

A tabela e o infográfico revelam a inserção dos documentos na *Crônica* a partir dos anos finais do domínio de Frederico II sobre o Sul da Península Itálica (incluindo a Ilha da Sicília). Revelam também que essa inserção se intensifica a partir da ascensão de Carlos I de Anjou (1266), principalmente no contexto das Vésperas Sicilianas (1282) (DUNBABIN1998, 2011; BOYER; MAILLOUX e VERDON, 2016). De 1282 a 1347 ao menos três *middle seas* podem ser analisados frente aos mesmos acontecimentos: Palermitanos – Angevinos (estes que, após 1282, não retomaram o domínio sobre a Ilha e governaram a partir de Nápoles); Palermitanos – Aragoneses (que vão usar a força militar, a reivindicação de legitimidade de hereditariedade sobre o

trono e relações políticas com o papado, por exemplo, para manter o domínio sobre o território após a expulsão dos Angevinos); Palermitanos – Messineses (que trocaram informações, em diferentes momentos, sobre os constantes cercos Angevinos sobre a cidade de Messina, conforme apontam os documentos 7, 31, 57 e 58) (CORRAO, 2001, p.95-168; PISPISA, 1988; TONNERRE; VERRY, 2003).

Os dados iniciais obtidos a partir dessa primeira análise podem ser explorados à luz do que realizaram Hilde De Weerd, Catherine Holmes e John Watts sobre “mediação” e “comunicação” política entre os séculos XI e XV. As autoras<sup>18</sup> consideraram três diferentes tempos-espacos: a China entre os séculos XI e XIII; Bizâncio, para o mesmo período; e a França no século XV. Esse recorte, geográfica e cronologicamente mais amplo que o adotado neste artigo, contempla o que foi classificado no texto como três diferentes níveis de política (Império – China; Reinos e estados que clamavam por homogeneidade – caso da França; e “galactic polities” – para se referir a Bizâncio). Os conceitos que instrumentalizaram as análises são os principais pontos de contribuição para o que pretendemos fazer: “mediation”/“mediators” e “political communication” (DE WEERDT; HOLMES e WATTS, 2018, p.261-296).

Segundo as autoras, mediação pode ser entendida de duas formas: “poderes que, em alguma medida, estão no meio” e que, por isso, podem conectar centros e localidades; e, como “mediadores”, as pessoas que vão negociar as tensões entre o poder formal ou institucional (estado e leis, por exemplo) e o poder social ou informal (redes, interesses privados, opinião pública). Para o primeiro entendimento, que relaciona a conexão entre centro-localidade, também consideraram que o centro é uma localidade. Neste sentido, a mediação conecta localidades umas com as outras. Isso também implica em considerar que, nesta acepção geográfica, o meio é um ponto relativo e que pode ser deslocado dependendo da análise proposta. Para o segundo entendimento, consideraram que as “atividades, identidades e posição social dos mediadores variam consideravelmente” (DE WEERDT; HOLMES e WATTS, 2018, p.262). Esses entendimentos culminam também em relações com múltiplas direções e, por isso, essas noções aproximam-se do que definiram como “comunicação política”: “a produção e troca de palavras, imagens e ideias pertinentes à política” (DE WEERDT; HOLMES e WATTS, 2018, p.263).

---

<sup>18</sup> Uso os termos no feminino por se tratarem de duas autoras e um autor.

A partir dessas reflexões podemos constatar, pelo mapeamento da documentação, que estamos diante dos dois casos para mediação e que os poderes políticos relativamente mais fortes (Aragão – por reivindicar a legitimidade no território pela genealogia que remete a Manfredo) e Anjou/Nápoles – por sua ascendência com o reino de França e suas relações de proximidade com o papado, como remetem os documentos 3, 4 e 6 citados no interior da *Crônica*), passam a ser localidades com a qual Palermo se relaciona. Importante lembrar também que, inclusive geograficamente, a cidade ocupa o lugar central tanto das disputas quanto da produção da comunicação política. Por isso afirmamos anteriormente sobre o caráter relativo da mediação. No caso observado, Palermo é esse mediador geográfico. Os mediadores, por causa das múltiplas direções das relações políticas, também são múltiplos (*universitates/universitas*<sup>19</sup>, condes, autoridades públicas locais, reis, príncipes, papas). Além disso, o anônimo palermitano pode ser considerado um mediador na medida em que seleciona, encadeia e produz narrativa na *Crônica da Sicília*. Essas ações produzem “imagens e ideias pertinentes à política”. Parte delas são analisadas a seguir.

Essa seleção e encadeamento, no entanto, não é um movimento extraordinário/inédito do autor desconhecido da crônica. Benoît Grévin, por exemplo, ao analisar a “retórica do poder” a partir das cartas de Pedro de la Vinha (1190–1249), além de empregar a expressão “comunicação política”, dentre outros elementos, considerou os usos políticos da e na inserção de fórmulas de redação de documentos de chancelaria e cartas oficiais em crônicas. Segundo o autor, Salimbene de Parma e Mateus Paris empregaram em suas crônicas, no século XIII, elementos da linguagem política que circulavam através das cartas de Pedro de la Vinha. Esses elementos compreendem características como discurso antipapal e profecias (GRÉVIN, 2008, p.448–508). Além disso, o historiador francês considerou que a Nápoles Angevina e a Sicília Aragonesa são “herdeiras diretas” da comunicação política empregada na corte de Frederico II (GRÉVIN, 2008, p.740–750). Ou seja, a concordar com Benoît Grévin, a forma de se escrever também era um tipo de sistema de comunicação que circulava entre as localidades, como na França e na

---

<sup>19</sup> Há, segundo o dicionário Gaffiot (2016, p. 1380), três acepções para o termo que não deve ser confundido/traduzido sumariamente como universidade (no sentido de escola): 1) totalidade, universalidade; 2) o conjunto das coisas (do universo, por exemplo); 3) corpo, companhia, corporação, comunidade. No caso dos documentos na *Crônica da Sicília* este último é o sentido que deve ser aplicado. Sobre a posterior redução/identificação entre *universitas*–universidade (escola) há extensa bibliografia sobre o termo, que não convém aqui neste artigo.

Península Itálica, o que inclui os espaços concernentes à análise proposta (PALMIERI, 2006; ZABBIA, 1997; DE CAPRIO, 2017, p.227-268; e DE CAPRIO, 2012; DELLE DONNE, 2011).

### ***Middle seas e comunicação política na Crônica da Sicília***

QUE FATOS E QUESTÕES NOTICIA O REI CARLOS. O MESMO REI CARLOS ASSIM  
ESCREVEU A PEDRO REI DE ARAGÃO

Carlos, com a graça de Deus, rei de Jerusalém e da Sicília, duque da Apúlia e príncipe de Cápua, conde da Provença e de Forcauquier. [A] Pedro filho do ilustríssimo senhor Rei de Aragão etc.

Se considerares e apreenderes um conselho em sã consciência e justiça tuas e, com tuas rápidas e violentas mãos, não fizeres no nosso Reino da Sicília a angústia de muitas guerras e efusão de muito sangue, inclusive o seu próprio, sobre a ocupação retenhas: [agimos] sob o comando e ensinamento da Igreja [mãe] e tu não podes alegrar-te dos espólios os quais foram capturados sem honra e afeição.<sup>20</sup>

A carta de Carlos I de Anjou a Pedro de Aragão é datada de 1282, no contexto da derrota angevina nas Vésperas Sicilianas. O angevino intitula-se

<sup>20</sup> Ms. 488, fol.21. Posição 49 no pdf online. Esta e a próxima transcrição (correspondentes ao início dos documentos 8 e 9 na tabela) foram cotejadas com a edição em: PETRI DE VINEIS (1740, p.222-229). *Epistolarum*: quibus res gestae ejusdem imperatoris aliaque multa ad historiam ac iurisprudentiam spectantia continentur libri. Novan hanc editionem adjectis variis lectionibus curavit Johan Rudolphos Iselius JC. Basileia: Joh Christ, Tom. 1, 1740. p.222-229. Disponível em: [https://archive.org/details/bub\\_gb\\_3nd4R1CiKBUC/page/n5](https://archive.org/details/bub_gb_3nd4R1CiKBUC/page/n5). Acesso em Agosto de 2019. Porém, a leitura do manuscrito e a comparação com esta edição revelam, ao menos, que o documento inserido no manuscrito é mais extenso que o documento do qual foram editados no século XVIII. Ainda assim, a edição foi de muita valia. Cabe, também ressaltar que os documentos, de 1282, foram inseridos em um compêndio sobre Pedro de la Vinha, morto em 1249. Isso reforça, dentre outras coisas, o argumento de Benoît Grévin sobre a “herança direta” sobre os angevinos e aragoneses. Os termos entre { } ainda temos dúvidas com a transcrição. Tradução livre de: QUO FATTO ET PROVENTO AD NOTICIAM DOMINI REGIS KAROLI. IDEM REX KAROLUS REGI PETRO REGI ARAGONI [SIC] SCRIPSIT  
Karolus Dei gratia Ierusalem et Sicilie Rex ducatus Apulia et principatus Capue [sic] Provincie et Forcalquerii comes. Petro filio quondam Illustrissimo viri Regis Aragonum etc.  
Si de sana mentis consideratione liberata lance iusticie tuum apprehendisses consilium et si non ad fatuam [sic] mutuus anuo delirarasses profecto tuas rapidas manus more violenti {predonis} ad Regnum {nostrum} Sicilie quod cum multis bellorum {angustiis} et sanguinis effusionem lotis {stolis} et [sic] proprio sanguine ab occupationis retentione retraymus {matre} Jubente et suadente ecclesia nulla honoris et lucri affectionem protractus {aliquaetenus} convertisses si veracissime {intuemus} quod tuum et {in} fatuatum consilium dum tus {rapacem} dexteram fuisit [sic] extendere et capta {pre}da rapitsque spoliis exultares. (Grifos nossos).

como rei de Jerusalém e da Sicília, além de mencionar o ducado da Apúlia (Puglia) e o principado de Cápua e seus títulos honoríficos franceses. O aragonês, neste documento, é apenas filho do ilustríssimo rei de Aragão. O trecho transcrito revela também que o angevino usa como argumento para se legitimar como rei da Sicília o fato de ter agido sob o comando e o ensino da Igreja e fala também do derramamento de sangue e da angústia que a atividade beligerante gerou. Por sentir-se governante legítimo, Carlos de Anjou determina, ao final da carta – não citado aqui, que Pedro e sua gente saia do território.

A resposta foi dada no mesmo tom:

AO TEOR DA TAL CARTA O MESMO REI PEDRO RESPONDEU AO DITO REI CARLOS COM AS SEGUINTE PALAVRAS

Pedro, com a graça de Deus, *Rei de Aragão e Sicília*. [A] *Carlos conde da Provença e Forcauquier Tamanha arrogância* emanava de sua carta que em cada uma de suas terríveis partes emite ameaças terríveis. Ninguém entendia o teor desta carta e nada tem de justiça nesta matéria se levarmos em conta o teor nulo do seu discurso por estar vazio, com toda a humildade.<sup>21</sup>

A partir deste excerto é possível perceber a inversão da anulação dos títulos: Pedro anuncia-se como Rei de Aragão e da Sicília enquanto Carlos é apenas conde da Provença e de Forcauquier. O aragonês desconsidera também a Apúlia e Cápua, territórios continentais do reino da Sicília. Assim como Carlos carregou a tinta na efusão de sangue e na angústia da guerra, o aragonês argumentou a partir do que chamou de arrogância as ameaças contidas na epístola inicial. Finaliza o documento reafirmando seu direito hereditário (a *Crônica* repete esse argumento ao remeter a legitimidade aragonesa a Manfredo) e afirmando que Carlos sabe que “*non poteris contra nos tuo exercitu prosperare*” (“teu exército não pode prosperar contra nosso exército”) e que, por isso, ele deveria evitar o derramamento de sangue inocente.

Os documentos, embora angevino e aragonês, tiveram como palco-localidade, Palermo, então território em disputa. Isso explica, no infográfico, o

<sup>21</sup> Ms. 488, fol.22. Posição 50 no pdf online. Tradução livre de: “AD QUARUM LITERARUM TENOREM IDEST REX PETRUS PER EIUS RESPONSABLES LITERAS RESPONDIT [SIC] REGI KAROLO IN HEC VERBA: Petrus Dei gratia *Aragonum et Sicilie Rex*. Karolo *Provincie et Forcalquerii comites*. De magna tui arrogantia superba manavit epistola quae in singulis suis partibus terribilibus conrusacionibus visa est ignes euomere fulguris sagutas emittere et atroces minas eruptare. Cuius epistole intellecto et considerato tenore de nullius statera iusticie eius manabant loquele sed omni humilitate vacua, procelosas ampullas et minarum grandines expergebat”. (Grifos nossos).

porquê da comunicação política entre Aragoneses e Angevinos perpassar a caixa de texto dos Palermitanos. A ideia é demonstrar como essa comunicação se deu sobre o território e através do território. Os palermitanos, pessoas diretamente afetadas pelos conflitos e protagonistas na eclosão da revolta, como é possível identificar em outra crônica não analisada aqui (*Lu Rebellionu di Sicilia contra Re Carlo*, texto também anônimo, igualmente atribuído à região de Palermo e que se refere apenas ao contexto de 1282 e a eclosão da revolta “contra os franceses”), tomaram partido da coroa de Aragão (BRESC, SCIASCIA, 1993, p. 120–135).

Esta frase, se pensada na relação entre localidades apontada a partir do conceito de mediação, talvez tenha mais lógica, no texto da *Crônica da Sicília*, se escrita de modo inverso: os aragoneses tomaram partido dos palermitanos e, talvez por isso, o uso de termos como “advento”, “entrada” e “trânsito” de Pedro pelas terras do reino, como também o “advento da Rainha Constança na Ilha da Sicília”<sup>22</sup>, tenha sido empregado pelo anônimo palermitano em detrimento de “aquisição” – como o fez sobre gregos, sarracenos, normandos e angevinos. Explicitamente, queremos afirmar que, por considerarmos a proposta metodológica da história conectada, o conceito de mediação (ao menos na acepção geográfica), permite alocarmos Palermo como meio que protagoniza a disputa. Permite afirmar que os habitantes da cidade siciliana foram agentes políticos e não apenas habitantes de um território em disputa.<sup>25</sup> O argumento do alinhamento aragoneses–palermitanos, por exemplo, é que sustenta a defesa de Pietro Colletta sobre a *Crônica da Sicília* ser um texto de propaganda política (COLLETTA, 2011, p.16).<sup>24</sup>

<sup>22</sup> Ms. 488, fol.27. Posição 55 no pdf online. Todos esses termos aparecem nesse fólio nas rubricas destacadas em vermelho: “De introyto Regis Petri in civitate Messanem post armotionem obsidionis Regis Karoli”; “De adventu Rgine Constantie In Siciliam”; “De Transitu dicti Regis Petri in Calabriam”. Ou, no fólio seguinte, a rubrica “De advento dicti Regis Petri ad duellum et non advento dicto Rege Karoli plano predicto pretestatus [sic] in forma subscripta”

<sup>25</sup> Desenvolvemos parte do argumento sobre o alinhamento entre aragoneses–palermitanos e, principalmente, o confronto entre palermitanos e angevinos em Teixeira (2018, p.91–108).

<sup>24</sup> Segundo o autor: “Perché si possa parlare di propaganda è necessaria la presenza di alcuni requisiti specifici: occorre una volontà esplicita dell'autore di comunicare un messaggio di parte, spesso alterando appositamente, ovvero occultando in qualche misura, la verità; occorre un rapporto dell'autore con un'istituzione, una classe sociale, una forza economica, insomma un qualche potere del quale egli consapevolmente si fa voce, ufficiale o ufficioso, o perche richiestone, o perché spontaneamente offre la sua adesione e il suo servizio in quanto di quel gruppo di potere egli è già, o aspira a diventare, parte integrante, o comunque spera di ricavarne un compenso, in termini economici o di prestigio; occorre infine che l'opera possa raggiungere un pubblico, più o meno vasto, verso

Os documentos contidos na *Crônica da Sicília* e que foram analisados neste artigo revelam mais a disputa entre duas casas em conflito. Seriam, para manter a coerência com os conceitos com os quais procuramos trabalhar, dois *middle seas* mediados pela localização geográfica, relativa e disputada de e por Palermo. Porém, a partir da tabela apresentada anteriormente, é possível perceber que a comunicação política não se deu apenas pela situação de “mediação” – aqui no sentido de poder que está no meio – ocupada pelos palermitanos. Se considerarmos, por exemplo, a troca de informações com os messineses podemos perceber que o conflito detonado a partir das Vésperas não reduziu as cidades à condição de cenário no qual outros personagens disputavam o protagonismo.

Uma última observação deve ser feita também em relação ao protagonismo que o anônimo palermitano assume na tessitura da *Crônica*. Afinal, a inserção de “documentos oficiais” (ou de chancelaria) no texto deu-se pelo acesso, de alguma forma, a esses materiais. Isso pode ser explicado pela sua proximidade do autor desconhecido com o ambiente no qual esses documentos eram produzidos e circulavam. Outra interpretação também é possível, a saber, de uma possível ampla circulação destes – o que é provável, em se tratando da “retórica do poder” ou da “comunicação política” que tem, para o Sul da Itália, a referência de Pedro de la Vinha. Neste caso, o cronista também é um mediador na medida em que o encadeamento proposto no texto concilia as informações oficiais com a história contada, atribui-lhes sentido (Tróia, as aquisições e os adventos) de modo a encerrar o texto com o acordo “final” (o mais próximo do tempo presente do autor) de paz, que selou o *processuum* da Sicília sob comando dos aragoneses, mas com o protagonismo dos palermitanos – agentes igualmente mediadores, principalmente a partir dos conflitos deflagrados na década de 1282 (MARINO, 2013, p.11-34).

## Considerações finais

A *Crônica da Sicília*, pela peculiaridade da inserção/transcrição dos documentos como capítulos do texto, é um documento que extrapola a dimensão narrativa. Neste artigo, procuramos abordar a dimensão política do texto cronístico. Esta abordagem está longe de ser inovadora. Porém, o que se oferece de forma, considerando os trabalhos de Pietro Colletta e Josep-David

---

*il quale l'autore mostri di mettere in atto dele strategie communicative finalizzate alla persuasione*”. (Grifos nossos).

Garrido i Valls, é o aparato conceitual que não foi utilizado nas pesquisas desses autores. A tese de Colletta sobre a *Crônica* como propaganda certamente auxiliou nas reflexões e no entendimento do texto também a partir das noções de mediação e comunicação política propostas por Hilde de Weert, Catherine Holmes e John Watts. Essas duas noções complementaram e potencializaram, na pesquisa ora apresentada, a noção de *middle seas*, atribuída a David Abulafia.

Acreditamos que com esse aparato, a localização do “centro” nas disputas torna-se menos importante que pensar as localidades como territórios que criavam, disputavam e conciliavam de diferentes formas e significados os mesmos acontecimentos, por exemplo. O exercício de história conectada proposto neste artigo revela que a história do Mediterrâneo (espaço e conceito), em sua complexidade, tem potencial para outras análises. Inclusive a partir do mesmo documento. Outros *middle seas*, por exemplo, não foram abordados neste texto, como a relação dos palermitanos com o papado (ora em Roma ora em Avignon).

As Vésperas Sicilianas serviram, pelo menos, a três usos: os palermitanos usaram a revolta e o descontentamento contra os “franceses” como elemento de protagonismo político e social, usando diferentes mediadores (incluindo *universitates* e o próprio cronista) para a proposição de um tipo de posicionamento político não apenas frente aos que haviam “adquirido” a Ilha – os quais expulsaram no conflito – ou aos que “apareceram” (aragoneses), mas também com outros mediadores (seja instituições, como o papado, ou congêneres, como os messineses). Os angevinos valeram-se de um mediador que não deve ser desprezado: afinal, ao ordenar a expulsão de Pedro e sua gente da Ilha, em 1282, Carlos I de Anjou o fez a partir do “ensinamento” e sob proteção da Igreja – referindo-se à vitória contra os Hohensaufen, que lhe garantiu o domínio sobre o território anos antes. Porém, o mediador angevino foi questionado em sua autoridade de diferentes formas e em diferentes momentos no período que engloba a *Crônica da Sicília*, como revela a acusação de heresia contra João XXII, e a condenação de Roberto de Anjou pelo papa “germânico”, ou antipapa. Além disso, a simbologia do conflito pode ser percebida nos documentos produzidos no contexto da derrota angevina: o jogo de palavras e o não reconhecimento mútuo de títulos honoríficos e de propriedades, observado entre as cartas de Carlos de Anjou e Pedro de Aragão, por exemplo. Os aragoneses, que são os governantes sobre os quais há mais espaço na *Crônica*, de algum modo, acessaram uma chave considerada “legítima” ou “legitimada” pelos palermitanos: o direito hereditário sobre aqueles domínios. Valeram-se desse elemento para garantir a

dinastia e sucessivas vitórias contra os “alheios ao reino” e àquela linhagem, para usar os termos do cronista sobre o rei Carlos de Anjou.

## Referências Bibliográficas

### Fontes

Anônimo Palermitano. *Cronicon siculum*. Manuscrito. ca.1425–1475. Ms.488, 68fol. Ilustrado, 290x170mm, numeração original 107p., Biblioteca de Catalunya, Barcelona. Disponível em: <[https://explora.bnc.cat/iii/encore/record/C\\_\\_Rb2512719?lang=eng](https://explora.bnc.cat/iii/encore/record/C__Rb2512719?lang=eng)>. Acesso em agosto de 2019.

### Obras de referência

BARTOLOMEO CARACCIOLO–CARAFA. Cronaca di Partenope. In: KELLY, S. *The Cronaca Di Partenope: An introduction to and Critical Edition of the First Vernacular History of Naples (c.1350)*. Leiden: Brill, 2011.

CRONICA DELLA SICILIA DI ANONIMO DEL TRECENTO. Introdução, texto crítico, comentários e índices de Pietro Colletta. Leonforte : Euno Edizioni, 2013.

GAFFIOT, Felix. *Dictionnaire Latin-Français*. Établie sous la direction de Gérard Gréco. 2016. Disponível online: <[http://gerardgreco.free.fr/IMG/pdf/Gaffiot\\_2016\\_-\\_komarov.pdf](http://gerardgreco.free.fr/IMG/pdf/Gaffiot_2016_-_komarov.pdf)> . Acesso em agosto de 2019.

PETRI DE VINEIS. *Epistolarum: quibus res gestae ejusdem imperatoris aliaque multa ad historiam ac iurisprudentiam spectantia continentur libri. Novan hanc editionem adjectis variis lectionibus curavit Johan Rudolphus Iselius JC. Basileia: Joh Christ, Tom. 1, 1740*. Disponível em: <[https://archive.org/details/bub\\_gb\\_3nd4R1CiKBUC/page/n3](https://archive.org/details/bub_gb_3nd4R1CiKBUC/page/n3)>. Acesso em agosto de 2019.

### Bibliografia

ABULAFIA, David. Mediterranean History. In: BENTLEY, J.H. (Org). *The Oxford handbook of World History*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 1–21.

ABULAFIA, David. *The Two Italies: Economic relations between the Norman Kingdom of Sicily and the Northern Communes*. Cambridge: CUP, 1977.

ABULAFIA, David. The Italian south. In: JONES, M. (Org). *The New Cambridge Medieval History: Volume VI, c. 1300-c.1415*. Cambridge: CUP, 2008. pp. 488–514.

BOYER, Jean-Paul.; MAILLOUX, Anne. et VERDON, Louis. (Orgs). *Identités angevines: Entre Provence et Naples: XIIIe-XV siècle*. Aix-en-Provence: PUP, 2016.

BRESC, Henri. e SCIASCIA, Laura. Mort aux Angevins!. In: BRESC, H. e BRESC–BAUTIER, G. (Orgs). *Palermo (1070-1492): Mosaïque de peuples, nation rebelle: la naissance violente de l'identité sicilienne*. Paris: Autrement, 1993. pp. 120–135.

COLLETTA, Pietro. *Storia, Cultura e Propaganda nel Regno di Sicilia nella prima metà del XIV secolo: la Cronica Sicilie*. Roma: ISIME, 2011.

- COLLETTA, Pietro. Sull'edizione della *Cronica Sicilie* di Anonimo del Trecento a cura di Rosario Gregorio. *Mediterranea, Ricerca storiche*, Anno II, n.5, Dicembre 2005, pp. 567-582.
- CORRAO, Pietro. Mezzogiorno e Sicilia fra Mediterraneo ed Europa (Secoli XI-XV). In: CORRAO, P; GALLINA, M. e VILLA, C. *L'Italia mediterranea e gli incontri di civiltà*. Bari: Gius, Laterza & Figli, 2001. pp. 95-168.
- DE CAPRIO, Chiara. La scrittura chronistica nel Regno: scriventi, testi e stili narrativi. In: FRANCESCONI, G. e MIGLIO, M. (Orgs). *Le cronache volgari in Italia* (Atti della VI Settimana di studi medievali, Roma 13/15 maio, 2015). Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 2017. pp. 227-268.
- DE CAPRIO, Chiara. *Scrivere la storia a Napoli tra Medioevo e prima Età Moderna*. Roma: Salerno Editrice, 2012.
- DE WEERDT, Hilde; HOLMES, Catherine; e WATTS, John. Politics, c.1000-1500: Mediation and Communication. *Past & Present*, vol.238, n. suplementar 13, nov/2018, p.261-296. Disponível em: <[https://academic.oup.com/past/article-abstract/238/suppl\\_13/261/5230777](https://academic.oup.com/past/article-abstract/238/suppl_13/261/5230777)>. Acesso em agosto de 2019. DOI: <https://doi.org/10.1093/pastj/gty034>.
- DELLE DONNE, Fulvio. *Politica e Letteratura nel Mezzogiorno medievale: la cronachistica dei secoli XII-XV*. Salerno: Carlone Editore, 2001.
- DOOKI, Caroline; MINARD, Philippe. Histoire Globale, histoire conectées: un changement d'échelle historiographique?. Introduction. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 2007/5, n.54-55, p. 7-21. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-d-histoire-moderne-et-contemporaine-2007-5-page-7.htm>>. Acesso em agosto de 2019. DOI: <https://doi.org/10.3917/rhmc.545.0007>
- DRAYTON, Richard; MOTADEL, David. Discussion: the futures of global history. *Journal of Global History*. 2018/13, p. 1-21. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-global-history/article/discussion-the-futures-of-global-history/36C53116D551E0B47E42865EC8DE0C41>>. Acesso em agosto de 2019. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1740022817000262>
- DUNBABIN, Jean. *Charles I of Anjou: Power, Kingship and State-Making in Thirteenth-Century Europe*. Londres; Nova Iorque: Longman, 1998.
- DUNBABIN, Jean. *The French in the Kingdom of Sicily, 1266-1305*. Cambridge: CUP, 2011.
- GARRIDO I VALLS, Josep David. El 'Chronicon Siculum' i la historiografia sicu-catalana medieval. In: NARBONA VIZCAÍNO, R. (Coord). *La Mediterrània i la Corona d'Aragó, segles XIII-XVI; XVIII Congrès d'història de la Corona d'Aragó València, 9-14 de setembre 2004*. València: Universidad de València, 2005. vol. 2, p.1971-1986.
- GARRIDO I VALLS, Josep David. La crònica de Sicília (chronique de Sicile), traduction catalane médiévale du chronicon siculum. *Scriptorium: Revue internationale des études relatives aux manuscrits*, vol.55, n.1, 2001, p.93-106.
- GEARY, Patrick. A Europa das Nações ou a Nação Europa: Mitos de Origem Passados e Presentes. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*. Braga, vol. 1, n.1, 2013. Disponível em: <<https://www.rlec.pt/index.php/rlec/article/view/5>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.21814/rlec.5>>. Acesso em agosto de 2019.
- GEARY, Patrick. *O Mito das Nações: a invenção do nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 2008.

- GRÉVIN, Benoit. *Rhétorique du pouvoir médiéval: Les lettres de Pierre de la Vigne et la formation du langage politique européen (XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)*. Roma: École Française de Rome, 2008.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes. "As intenções da escrita da História no outono da Idade Média". In: TEIXEIRA, I. S. e BASSI, R. (Orgs). *A Escrita da História na Idade Média*. São Leopoldo: Oikos, 2015.p.76–89.
- KELLY, Samantha. *The New Solomon: Robert of Naples (1309-1343) and Fourteenth-Century Kingship*. Boston/Leiden: Brill, 2003.
- MARINO, John A. Construction the past of early modern Naples: sources and historiography. In: ASTARITA, T. (Org). *A companion to early modern Naples*. Leiden: Brill, 2013. pp. 11–34.
- PALMIERI, Stefano. *La cancelleria del regno di Sicilia in Età Angioina. Quaderni dell'accademia pontaniana, n.48* Nápoles: Accademia Pontaniana, 2006.
- PISPISA, Enrico. *Regnum Siciliae: La polemica sulla intitolazione*. Palermo: Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, 1988.
- SUBRAHMANYAN, Sanjay. On early modern historiography. In: BENTLEY, J. H. e SUBRAHMANYAN, S. (Orgs). *The Construction of a Global World, Part 2, Patterns of Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 425–445.
- TEIXEIRA, Igor Salomao. Sucessões régias e conflitos em três crônicas do Sul da Itália ou características literárias do poder no reino de Nápoles (séculos XIII e XIV). In: Armando Torres Fauaz. (Org.). *La Edad Media en perspectiva latinoamericana*. Heredia: EUNA, 2018, pp. 91–108.
- TONNERRE, Noël-Yves e VERRY, Élisabeth (Orgs). *Les Princes Angevins du XIII<sup>e</sup> au XV<sup>e</sup> siècle: un destin européen*. Rennes: PUR, 2003. Disponível em em: <<http://books.openedition.org/pur/18520>>
- ZABBIA, Marino. *Notai-Cronisti nel Mezzogiorno svevo-angioino*. Salerno: Laveglia Editore, 1997.

Recebido: 19/08/2019 – Aprovado: 09/12/2019

#### **Editores Responsáveis**

Júlio Pimentel Pinto e Flavio de Campos

#### **Coordenação do Dossiê**

"Uma História Global antes da Globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média"  
Marcelo Cândido da Silva